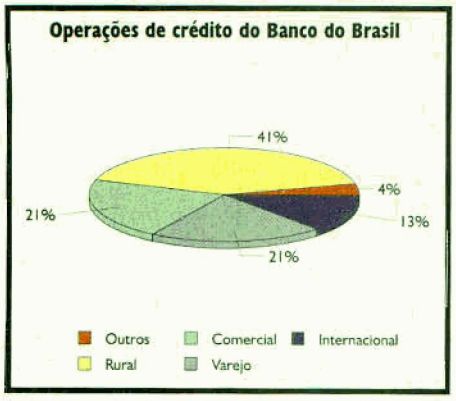
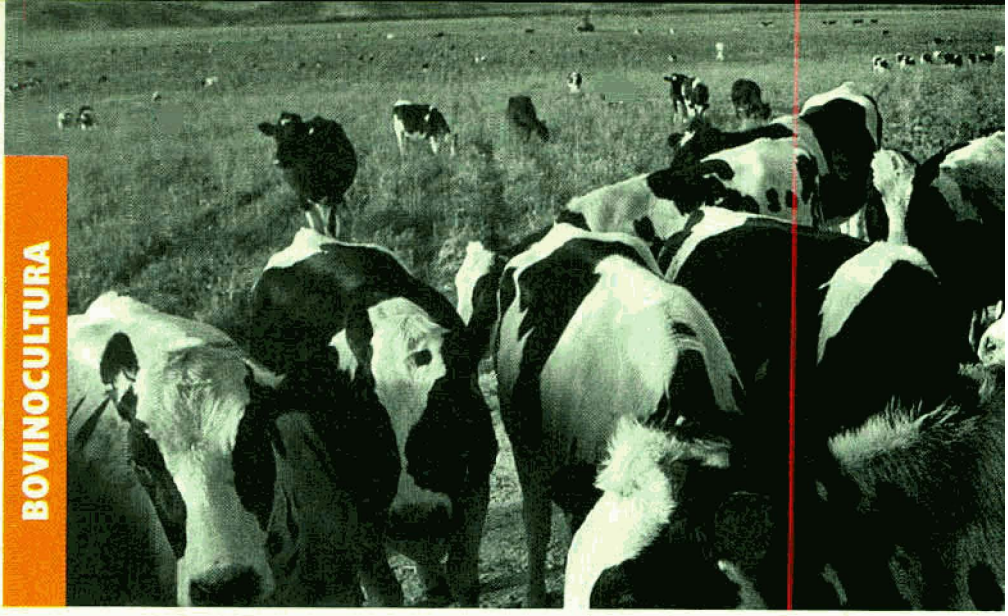




expansão do seguro rural privado e a modernização da legislação agrícola, a tendência é que o Brasil tenha uma agropecuária cada vez mais forte e mais rentável, utilizando novas tecnologias e obtendo mais qualidade e maior produtividade.

O Banco do Brasil, com seus milhares de pontos de atendimento distribuídos pelo país afora, além de 33 no exterior, posiciona-se como elo entre todos os agentes desse mercado, permeando os complexos agroindustriais – CAI, intermediando recursos governamentais e privados e permitindo o uso de instrumentos modernos de comercialização, como o leilão eletrônico, salas de agronegócios e o *website* Agronegócios-e.

O banco já emprestou sua garantia a mais de R$1,2 bilhão em CPR – cédulas de produto rural, emitidas por produtores rurais, alavancando esses recursos tanto da iniciativa privada nacional quanto internacional. De todas as operações de crédito no banco, 41% são da área rural. Na última safra, o banco destinou R$8,6 bilhões ao financiamento de atividades rurais.

Essa atuação, somada à assistência crescente prestada por suas carteiras comercial e internacional às empresas fornecedoras de insumos em geral, processadores e exportadores de produtos agropecuários, consolida o Banco do Brasil como o mais forte parceiro do agronegócio brasileiro.

Ricardo Alves da Conceição, diretor de Negócios Rurais, Agroindustriais e com o governo do Banco do Brasil.

Espaço promissor

São consideráveis as oportunidades de exportação de carne bovina brasileira para novos mercados

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

O Scientific Steering Commitee (SSC), da Comissão Européia, é o braço executivo da UE. Criado em 1997, em julho de 1998 o SSC elaborou um questionário para colher informações sobre o risco de EEB. O documento foi encaminhado aos 15 países da UE e às demais nações interessadas.

Em 22 de julho de 2000, o SSC adotou oficialmente os relatórios de 22 países, incluindo todos os da UE, exceto a Grécia, além de oito países que se ofereceram voluntariamente para avaliação – entre os quais Argentina, Austrália, Nova Zelândia e Estados Unidos. O Brasil enviou seu primeiro relatório em junho de 2000.

Em 15 maio de 1998, a Agência de

EUA: importações de carne in natura

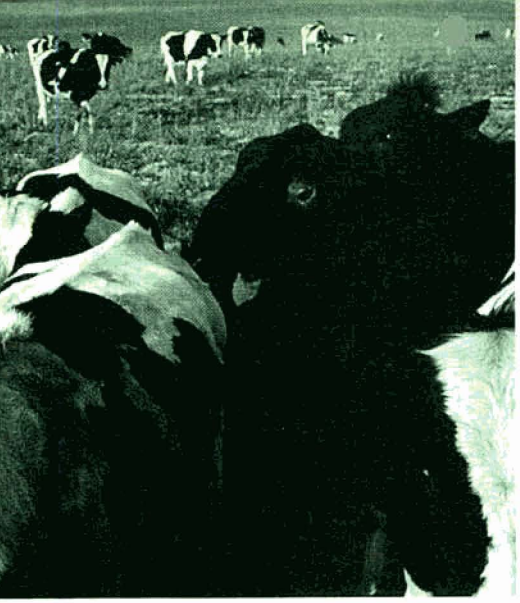
Mil toneladas

País	Cota	1996	1997	1998	1999	2000
Austrália	378	181	209	266	279	290
Nova Zelândia	213	162	187	191	179	285
Uruguai	20	19	19	13	20	20
Argentina	20	0	4	6	20	20
Outros*	66	36	31	17	20	20
Total	697	398	450	493	518	635
Sobras**		299	247	204	179	62

Fonte: Mica.

* Costa Rica, Nicarágua, Honduras e República Dominicana.

** Volume não atendido.

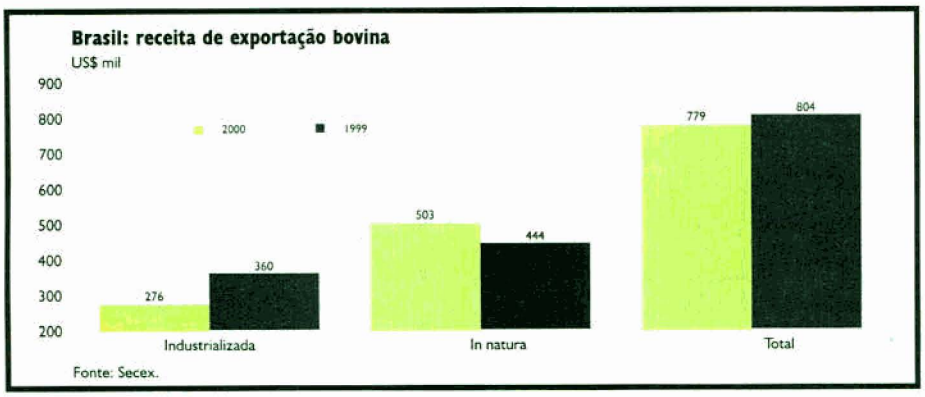


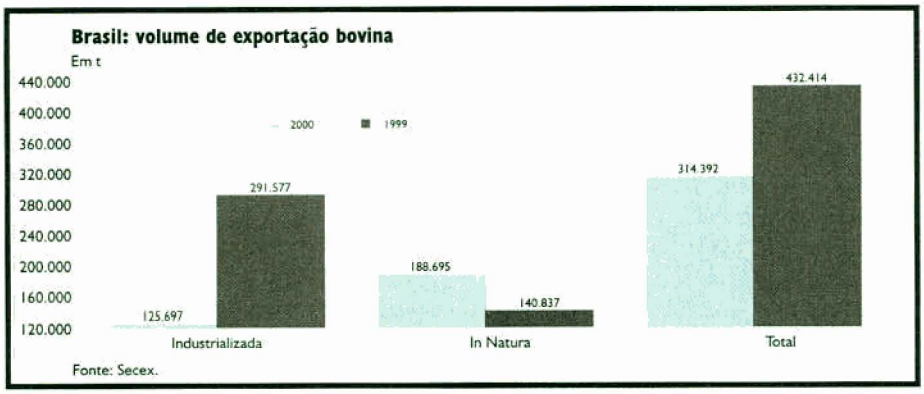
Mundo: principais exportadores de carne bovina

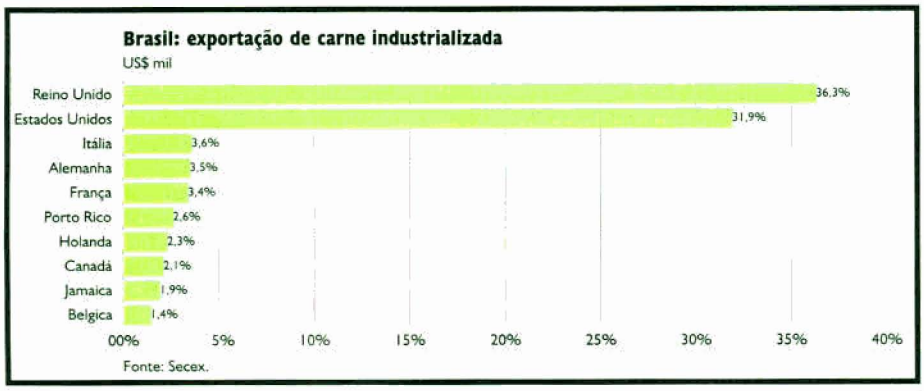
Mil toneladas equivalente carcaça

País	2000	1999	1998	1997	1996
Austrália	1.235	1.220	1.262	1.147	1.016
Estados Unidos	1.027	1.071	985	969	851
Brasil	600	541	370	287	280
Irlanda	510	520	488	457	479
Canadá	480	465	416	360	286
Nova Zelândia	450	420	519	531	515
Holanda	390	400	404	430	424
Alemanha	375	387	421	477	441
Argentina	350	340	291	437	470
França	335	335	356	428	421
Uruguai	250	220	257	268	210
Índia	250	220	183	158	150
Outros países	796	790	902	1011	1017
Total	7.048	6.929	6.854	6.960	6.560

Fonte: Usda.







Inspeção Alimentar do Canadá (Aiac) iniciava a revisão de sua política de importação de carne bovina cinco anos depois de ter identificado seu caso único de doença da vaca louca, quando foram abatidos os 400 animais importados da Inglaterra.

Foi enviado um questionário sobre a síndrome da vaca louca a todos os países autorizados a vender carne ao Canadá. Dividido em 10 tópicos, num total de 29 perguntas, o documento – disponível na internet – pede informações básicas, como tamanho da chamada população ruminante de cada país, sistema de alimentação empregado e doenças eventuais.

Duas versões

Em abril de 1988, o Canadá depositou na OMC seus requisitos em relação à EEB e comunicou sua decisão de proibir importações provenientes de países sem dados confiáveis. Segundo Claude Lavigné, vice-diretor da Aiac, o governo brasileiro se limitou a enviar em 1999 cópia de documento remetido à OIE em 1997 – o que não foi considerado suficiente para atender às exigências canadenses. Outras notificações foram realizadas, porém ficaram sem respostas.

A versão do governo brasileiro é de que o Departamento de Defesa Animal recebeu da Embaixada do Canadá em Brasília, em 1º de junho de 1998, um questionário sobre a situação do reba-

Cronologia da crise

1 de fevereiro: em tensa discussão na OMC, o Brasil solicita do Canadá explicação a respeito dos mecanismos de financiamento à exportação.

2 de fevereiro: sob a alegação de não haver sido respondido pelo Brasil o questionário enviado em 1998 sobre o combate ao mal da vaca louca, a Aiac, por meio de veredicto do dr. Brian Evans, suspende a importação de carne enlatada ou extrato de carne de bovino oriundos do Brasil. Por força do Nafta, Estados Unidos e México adotam a mesma medida.

5 de fevereiro: em nota oficial, o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, considera a medida do Canadá intempestiva e solicita uma reversão da situação o mais breve possível; caso contrário, o governo brasileiro se reservaria o direito de tomar as medidas que julgasse conveniente.

15 de fevereiro: chega ao Brasil missão técnica composta de seis pessoas – dois canadenses, dois mexicanos e dois americanos.

16 de fevereiro: a missão técnica visita o laboratório de anatomia patológica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – um dos três credenciados para os exames que identificam a doença da vaca louca; o Frigorífico Betin, em Lins, um dos principais exportadores do país, e Brasília para análise de dados do Ministério da Agricultura.

18 de fevereiro: retorno da missão técnica com informações a respeito de três assuntos pesquisados: quantidade e datas das importações de gado e outros produtos que poderiam transmitir a doença; eficiência do programa de vigilância e a capacidade laboratorial do Brasil; alimentação do gado brasileiro.

19 de fevereiro: Claude Lavigne, vice-diretor da Aiac, anuncia que no prazo de três dias o embargo do Canadá poderá ser suspenso.

23 de fevereiro: o Canadá anuncia o fim do embargo.

nho bovino. As perguntas foram respondidas e devolvidas em 13 de julho de 1998, com dados sobre 179 animais importados do Reino Unido, onde se concentraram os casos da doença.

Desde então até 31 de janeiro de 2001 não houve qualquer tipo de contato entre as áreas técnicas canadense e brasileira. A respeito das notificações alegadas pelo Canadá, não há registro de seus protocolos.

Uma vez incluídas a Alemanha e a França no mapa de incidência da EEB, o Brasil tomou a decisão de rastrear os animais trazidos desse países. O rastreamento de animais importados do continente europeu decorreu de solicitação da UE, sem qualquer ligação com o impasse canadense.

Em 2000, o Brasil exportou 600 mil toneladas e arrecadou US$780 milhões de carne bovina. Esse desempenho propiciou a conquista de um honroso terceiro lugar no *ranking* dos países exportadores. A Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) aposta que as vendas podem alcançar US$1 bilhão este ano.

Existem dois pontos críticos, porém. O primeiro diz respeito a um possível aumento dos embarques de carnes de segunda para o Oriente Médio. Nesse caso, será necessária uma ação coordenada entre os frigoríficos para evitar o não-aproveitamento da matéria-prima para a produção de maior valor agregado (carne cozida e *corned beef*). O segundo pressupõe uma persistência crônica de queda no consumo de carne bovina.

Oportunidades imperdíveis

As oportunidades em exportações são de fato consideráveis. Um espaço pode ser ocupado com vendas para Egito, Arábia Saudita e Rússia, que absorveram três quartos da carne comercializada pela UE em 2000. Estão em fase embrionária embarques nacionais para Bulgária, República Tcheca, Eslováquia, Moldávia e outros países do Centro-Leste europeu. Há ainda os embarques de 70 mil toneladas enquadráveis nas cotas Gatt e Hilton.

O Meat Importer Council of America (Mica), organização responsável por 95% das importações norte-americanas, deu sinal verde à indústria brasileira de carne bovina desde abril de 2000. O país poderá eventualmente participar de uma sobra da cota total de 697 mil toneladas dos parceiros comerciais tradicionais dos EUA, que são Austrália, Nova Zelândia, Uruguai e Argentina. Essa sobra é normalmente repassada aos países da América Central.

